



Economia Angolana

OGE expansionista para estimular economia nacional

Research

Novembro 2024

O crescimento económico deverá continuar a acelerar em 2025

A proposta do OGE para 2025 assume que o crescimento do PIB continuará a acelerar e chegue a 4,1%. Esta previsão reflecte uma recuperação no sector petrolífero (1,6%) e um crescimento mais rápido no sector não-petrolífero (5,2%). Prevê-se que a inflação continue numa trajectória descendente graças à política monetária restritiva do BNA e por uma taxa de câmbio do AKZ mais estável. O OGE pressupõe um preço médio do petróleo de US\$ 70. Este valor é superior aos US\$ 65 previstos no OGE para 2024, mas está abaixo dos US\$ 83 agora projectados para este ano. O Governo estima que a produção diária de crude cresça 1,0% para os 1,098 milhões de barris graças ao início de produção nalguns campos petrolíferos.

Economia

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu

Governo espera atingir um défice orçamental equivalente a -1,7% do PIB

A proposta do OGE ascende a AKZ 34,634 mil milhões, ficando 40,1% acima do OGE de 2024 e 12,4% acima do valor esperado para o ano. O OGE pressupõe que o Governo alcance um défice de AKZ 1.495 mil milhões (equivalente a -1,7% do PIB) depois de atingir um défice de -1,5% em 2024. O Governo prevê ainda um excedente primário equivalente a 3,2% do PIB, abaixo do excedente de 4,8% esperado em 2024.

Os níveis de investimento público deverão aumentar significativamente

O Governo prevê que as receitas e despesas aumentem cada uma mais de 19% face às estimativas de 2024, atingindo 21,9% e 23,6% do PIB, respectivamente. A proposta do OGE parte do princípio de que (1) as receitas fiscais do sector petrolífero subam e representem mais de 60% das receitas fiscais totais (graças à maior produção de crude esperada para o ano), (2) as receitas fiscais não petrolíferas cresçam ao ritmo de dois dígitos e (3) as outras receitas registem outro aumento significativo (quase sete vezes). A maior despesa resulta do aumento de 71,5% do investimento público, uma vez que o Governo prevê continuar a aumentar as despesas em projectos-chave que irão impulsionar o crescimento económico. Por outro lado, o Governo espera reduzir a despesa em subsídios (-71,9%) à medida que continua a implementar a reforma dos subsídios aos combustíveis. No geral, prevê-se ainda que as receitas petrolíferas representem mais de metade das receitas totais (54,7%), enquanto as despesas de capital representam 28,8% das despesas totais (muito mais do que nos últimos anos).

Análise de sensibilidade a diferentes cenários de preços do petróleo

Angola continua muito dependente do sector petrolífero, com a evolução dos preços do crude (e da produção) a ter um impacto material não só no crescimento económico, mas também nas receitas fiscais. A nossa análise de sensibilidade a diferentes cenários de preços do crude sugere que, se o preço médio atingir US\$ 80 em 2025, as receitas totais serão 7,8% superiores às actuais previsões e o Governo atingirá um excedente orçamental de 0,1% do PIB. Por outro lado, se o preço médio atingir os US\$ 55, as receitas serão 11,7% inferiores ao previsto e o défice ficará em -4,2% do PIB.

Maior investimento público para melhorar as perspectivas de crescimento

Ao contrário do OGE para 2024, a proposta do OGE para 2025 pressupõe um aumento significativo do nível de investimento público, uma vez que este deverá representar 6,7% do PIB (vs. 3,5% em 2024). Isto significa despesas totais mais elevadas, o que muito provavelmente conduzirá a um novo défice orçamental no período. No entanto, com os níveis de dívida pública aparentemente sob controlo e numa trajectória descendente, espera-se que este nível de investimento público mais elevado ajude a melhorar as perspectivas de crescimento económico de Angola. Esta é uma notícia positiva e algo que o país realmente precisa.

PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (2025)

Cenário Macroeconómico

O crescimento económico em Angola acelerou em 2024 depois de ter registado um desempenho relativamente modesto no ano anterior, com o crescimento do PIB real a crescer apenas 1,0%. Segundo os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento do PIB real foi de 4,3% em termos homólogos no primeiro semestre de 2024, num contexto de evolução favorável tanto no sector petrolífero (4,6%) como no sector não-petrolífero (4,2%). Por um lado, a produção de petróleo recuperou após a conclusão das paragens (planeadas e não planeadas) para trabalhos de manutenção nalgumas plataformas petrolíferas, bem como as avarias em certos blocos petrolíferos, incluindo os Blocos 0, 14, 15, 15/06, 17 e 18) que afectaram a produção de petróleo em 2023. Por outro lado, a actividade no sector não-petrolífero continuou a expandir-se graças aos contributos favoráveis de sectores-chave como os transportes e comunicações, o retalho, bem como a agricultura e as pescas.

Este desempenho melhor do que o esperado no primeiro semestre de 2024 levou o Governo a rever em alta a sua previsão de crescimento do PIB real para o ano (de 2,8% esperados antes para 3,3%). Esta revisão reflecte um declínio da produção de petróleo inferior ao previsto (-1,0% vs. -2,5% anteriormente estimado) e um contributo relativamente mais forte em termos do sector não-petrolífero (5,1% vs. 4,6% projectado no orçamento de 2024). O Governo espera agora um melhor desempenho em sectores como a indústria extractiva e a indústria transformadora.

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2025 do Governo Angolano pressupõe que o crescimento económico continue a acelerar no próximo ano, atingindo 4,1% no período. Este pressuposto assenta num aumento acentuado dos níveis de investimento público em 2025, nomeadamente em projectos estruturantes em diversas áreas fundamentais que contribuirão para elevar o crescimento potencial do país.

Reflecte igualmente uma recuperação no sector do petróleo e do gás e uma melhoria marginal no sector não-petrolífero em relação ao ano anterior. Prevê-se que o crescimento no sector do petróleo e do gás atinja 1,6%, enquanto no sector não-petrolífero deverá situar-se nos 5,2%. O crescimento económico do país deverá manter-se relativamente em linha com a projecção do FMI para a África Subsariana (4,2%).

O crescimento económico em Angola acelerou em 2024, depois de um desempenho relativamente modesto no ano anterior

O Governo reviu em alta a sua previsão de crescimento para o PIB real em 2024

A proposta do OGE para 2025 pressupõe que o crescimento económico continue a acelerar

Reflecte uma recuperação no sector do petróleo e do gás e uma melhoria marginal no sector não-petrolífero

ACTIVIDADE ECONÓMICA								
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Crescimento do PIB Real	-0,7%	-5,6%	1,2%	3,0%	1,0%	2,8%	3,3%	4,1%
- Petróleo e Gás	-6,5%	-6,7%	-11,5%	0,5%	-2,4%	-2,5%	-1,0%	1,6%
Petróleo	-7,6%	-8,1%	-11,5%	1,1%	-3,4%	-2,6%	-1,0%	1,0%
Gás	13,2%	-12,8%	10,3%	-11,7%	11,0%	3,8%	0,2%	35,8%
- Não-petrolífero	2,2%	-5,1%	5,5%	3,9%	2,2%	4,6%	5,1%	5,2%
Agricultura	5,9%	5,5%	5,2%	3,8%	2,7%	6,5%	4,3%	8,4%
Pescas	-14,8%	-6,1%	46,4%	4,2%	2,8%	6,0%	6,4%	6,1%
Indústria Extractiva	4,6%	-11,0%	10,4%	0,5%	12,2%	5,5%	31,3%	15,6%
Indústria Transformadora	-5,1%	2,7%	0,8%	2,5%	1,4%	2,5%	4,6%	5,4%
Construção	4,5%	-25,8%	-6,7%	5,5%	-1,5%	3,2%	1,7%	6,9%
Energia	4,5%	2,9%	1,8%	4,7%	5,3%	10,6%	8,8%	11,5%
Retalho	1,9%	3,5%	6,3%	2,5%	2,4%	4,6%	4,7%	3,2%
Outros	2,3%	-3,2%	2,6%	7,5%	-0,2%	3,0%	3,6%	5,8%

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Entretanto, a inflação continuou a aumentar em 2024, estimando o Governo agora que termine o ano nos 23,4%. Este número compara com uma previsão inicial de 15,3%. Esta taxa de inflação mais elevada reflecte maioritariamente o impacto de (1) o ajustamento do preço do gasóleo em Abril (de 135 para 200 AKZ/litro), (2) o aumento das tarifas de táxi em Maio, (3) o aumento dos preços dos bilhetes do transporte público rodoviário urbano em Maio (de 50 para 150 AKZ), e (4) os impactos relacionados com as expectativas cambiais face à depreciação cambial do kwanza registada ao longo do ano. De um modo geral, importa notar que mais de metade do aumento da inflação continua a reflectir o custo mais elevado dos alimentos e das bebidas não alcoólicas.

Prevê-se que a inflação desacelere no próximo ano devido à política monetária restritiva que tem vindo a ser seguida pelo banco central. O Governo estima que a inflação anual termine o ano de 2025 nos 16,6%, enquanto a inflação média anual fique pelos 19,3%.

A proposta do OGE para 2025 pressupõe um preço médio do petróleo de 70 US\$ por barril. Este preço é superior aos 65 US\$ incluídos no orçamento de 2024, mas abaixo dos 83 US\$ que o

A inflação aumentou nos últimos meses, levando o Governo a rever em alta a sua previsão de inflação para o final do ano

Prevê-se que a inflação anual abrande para os 16,6% no final de 2025

A proposta do OGE para 2025 pressupõe um preço

Governo estima agora para este ano. O Governo prevê ainda que a produção média diária de crude aumente para 1,098 milhões de barris em 2025 (face aos 1,087 milhões de barris este ano). Este aumento previsto de 1,0% na produção petrolífera deve-se ao início da produção em determinados campos petrolíferos, nomeadamente (1) South Ndola no Bloco 0, (2) Ndungu Full Field no Bloco 15/06, (3) CLOV Fase 3 no Bloco 17 e (4) Begónia no Bloco 17/06.

médio do petróleo de 70 US\$ e que produção de crude registre um ligeiro aumento em relação ao ano anterior

INDICADORES ECONÓMICOS								
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Inflação (final do período)	16,9%	25,1%	27,0%	13,9%	20,0%	15,3%	23,4%	16,6%
Inflação (média anual)	17,1%	22,3%	25,7%	21,7%	13,6%	16,6%	26,9%	19,3%
Produção Anual de Petróleo e GNL	638,7	579,9	539,3	521,3	518,9	525,4	515,9	561,4
Produção de Petróleo (MBbl)	504,8	463,9	410,4	414,9	400,8	388,0	397,6	400,8
Produção GNL (MBOE)	133,9	116,0	128,9	106,4	118,1	137,4	118,3	160,6
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1,383	1,271	1,124	1,137	1,098	1,060	1,087	1,098
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	65,2	41,0	70,7	101,8	81,2	65,0	83,0	70,0
Preço Médio do GNL (US\$/BOE)	29,2	29,2	21,3	38,0	39,0	42,0	45,1	46,0
PIB Nominal (AKZ mil milhões)	30 625,0	33 041,0	44 535,9	52 184,0	61 993,2	73 550,4	80 044,7	90 594,0
Petróleo	9 454,6	8 131,1	14 582,9	15 422,1	18 381,7	15 914,3	23 456,7	23 126,3
Não-petróleo	21 170,4	24 909,9	29 953,1	36 761,9	43 611,4	57 636,2	56 588,0	67 467,7

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

As previsões de médio prazo do Governo apontam para que a economia angolana cresça a uma taxa média anual de 3,2% no período 2025-30. Estas projecções são suportadas maioritariamente pelas perspectivas favoráveis de crescimento do sector não-petróleo, que deverá crescer a uma taxa média anual de 4,5% neste período.

Prevê-se que a economia angolana cresça a uma taxa média anual de 3,2% durante o período 2025-30

O sector petrolífero continuará a ser afectado por uma tendência decrescente na produção de crude, o que representa um grande risco para as contas públicas. As previsões de base do Governo mostram uma perspectiva de crescimento negativa para o sector petrolífero de -1,5% em média para o período 2025-30, apesar de a produção média diária de 1,025 milhões de barris projectada para este período permanecer ligeiramente acima da previsão de 1,0 milhões de barris prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-27.

As perspectivas de crescimento do sector petrolífero permanecem negativas

Para além do início da produção nos campos petrolíferos mencionados acima em 2025, o Governo espera também a entrada em produção noutros blocos nos próximos anos:

Entrada em produção em diversos blocos petrolíferos nos próximos anos

- **2026** – projecto Agogo no Bloco 15/06 e de três poços infills no campo Dália no Bloco 17;
- **2027** – campo Manganês, projecto Dália fase 4 no Bloco 17 e projecto ACCE no Bloco 32;
- **2028** – campo Cameia no Bloco 20 e projecto PAJ no Bloco 31;
- **2029** – campo Golfinho no Bloco 20 e campos Mostardes Este F2 e Colorau no Bloco 32; e
- **2030** – campos Kalimba, Afoxé e Agidigbo no Bloco 15/06.

Contas Públicas

O OGE de 2024 foi elaborado com o pressuposto de um preço médio do petróleo de 65 US\$ por barril e uma produção média diária de 1,06 milhões de barris. Estes pressupostos levaram o Governo Angolano a prever um equilíbrio orçamental (correspondente a 0,02% do PIB), um excedente primário de 6,3% do PIB e um défice primário não petrolífero de 4,1% do PIB (abaixo do limiar de 5,0% do PIB fixado na Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas).

A proposta do OGE para 2024 tinha como pressuposto um preço médio de 65 US\$ por barril

Em 2024, a evolução das contas públicas foi influenciada sobretudo pelos seguintes factores:

Principais factores que afectaram as contas públicas em 2024

1. O preço do petróleo nos mercados internacionais e das ramas angolanas mantiveram-se acima do preço médio de US\$ 65/barril fixado no orçamento (US\$ 84,2 no primeiro trimestre e US\$ 82,6 no segundo trimestre);
2. A produção média diária de petróleo manteve-se acima dos 1,06 milhões de barris esperados (1,13 milhões no primeiro trimestre e 1,12 milhões no segundo trimestre);
3. A taxa de câmbio do kwanza manteve uma trajectória de depreciação;

4. Condições restritivas de mobilização de recursos financeiros nos mercados externo e interno, reflectindo este último o impacto da política monetária restritiva seguida pelo banco central para controlar a inflação;
5. Priorização das despesas obrigatórias, com especial enfoque para o pagamento do serviço da dívida;
6. Revisão em alta da previsão de crescimento económico do Governo para o ano (de 2,8% para 3,3%), na sequência dos desempenhos melhores do que o esperado no primeiro e segundo trimestres; e
7. Inflação elevada.

As projecções actuais do Governo indicam que o preço médio do petróleo terminará o ano de 2024 nos 83,02 US\$ por barril, enquanto a produção média diária de petróleo chegará a 1,086 milhões de barris. Isto significa que as receitas fiscais relacionadas com o petróleo deverão agora superar as projecções orçamentais em 27,9% e mais do que compensar o impacto de outras receitas (não especificadas) significativamente inferiores (desvio de -69,3%). Isto quer dizer que as receitas totais estão agora projectadas para ficar 13,1% acima das estimativas do Governo de AKZ 16.637 mil milhões.

O total da despesa deverá superar em 21,2% as projecções do OGE para 2024 devido ao montante significativamente mais elevado de transferências previstas para o ano (mais do dobro do valor orçamentado). Isto explica, em grande parte, o desvio de 17,9% nas despesas correntes em relação ao orçamento inicial. As despesas de capital deverão também ultrapassar o montante orçamentado em 36,6% graças ao maior investimento em projectos em vários sectores destinados a impulsionar o crescimento económico no segundo semestre do ano.

No geral, isto significa que o Governo Angolano espera agora terminar o ano de 2024 com um défice orçamental correspondente a -1,5% do PIB e continuar a atingir um excedente primário para o período. Embora se preveja que esta percentagem se situe em 4,8% do PIB, este valor é inferior aos 6,2% inicialmente previstos. Além disso, espera-se que tanto o saldo global como o saldo primário registem uma melhoria em relação a 2023, conforme detalhado na tabela abaixo.

CONTAS PÚBLICAS	% do PIB					
	2020	2021	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)
Receitas Não Petrolíferas	10,4%	9,8%	10,8%	8,7%	9,3%	8,2%
Dos quais impostos	9,1%	8,3%	8,6%	7,7%	7,1%	7,0%
Despesa Primária	16,3%	15,2%	20,2%	17,4%	13,8%	16,0%
Saldo Primário Não Petrolífero	-5,9%	-5,3%	-9,4%	-8,7%	-4,5%	-7,8%
Receitas Petrolíferas	10,9%	14,9%	14,8%	12,5%	10,7%	12,6%
Saldo Primário	5,0%	9,5%	5,4%	3,8%	6,2%	4,8%
Juros	6,9%	5,5%	4,4%	6,6%	6,2%	6,2%
Saldo Global	-1,9%	4,0%	1,0%	-2,8%	0,0%	-1,5%

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

O preço do petróleo e a produção mais elevada face ao inicialmente previsto significam que as receitas totais deverão ultrapassar o valor orçamentado

As despesas totais também devem superar a previsão do OGE para 2024

O Governo espera terminar o ano com um défice orçamental equivalente a -1,5% do PIB

OGE 2025

A proposta de OGE para 2025 ascende a AKZ 34,634 mil milhões, o que representa um aumento de 40,1% em relação ao orçamento de 2024 e está 12,4% acima do valor esperado pelo Governo para o ano de 2024. A proposta pressupõe que o Governo alcance um saldo global negativo de AKZ 1.495 mil milhões (equivalente a -1,7% do PIB) após um défice de -1,5% do PIB esperado em 2024. O Governo também projecta um superávit primário de 3,2% do PIB, abaixo do superávit de 4,8% esperado em 2024. Relembre-se que o OGE para 2024 pressupunha um saldo global equilibrado e um excedente primário equivalente a 6,2% do PIB.

Na proposta do OGE para 2025, o Governo prevê que as receitas e despesas totais atinjam AKZ 19,848 mil milhões e AKZ 21,344 mil milhões, respectivamente. Isto representa um aumento de 19,3% nas receitas e de 19,9% nas despesas face aos valores esperados para 2024. A proposta de orçamento pressupõe ainda que (1) as receitas fiscais do sector petrolífero continuarão a melhorar (7,9%) e representarão quase 64% das receitas fiscais totais (graças à maior produção de crude esperada para o ano), (2) as receitas fiscais não petrolíferas aumentarão dois dígitos (10,1%) e (3) outras receitas (não especificadas) registarão outro aumento significativo (quase sete vezes) quando comparadas com os valores esperados para 2024.

O Governo Angolano espera atingir um défice orçamental equivalente a -1,7% do PIB em 2025

As receitas totais deverão aumentar 19,3% e as despesas 19,95 face aos valores esperados para 2024

As despesas mais elevadas projectadas para o ano surgem na sequência de um aumento de 72,5% nas despesas de capital, incluindo no investimento público, uma vez que o Governo prevê continuar a aumentar as despesas em projectos estruturantes que irão impulsionar o crescimento económico. Estes incluem investimentos na infraestrutura rodoviária e produção de energia e água, resultantes do compromisso do Governo de expandir e melhorar a capacidade de produção.

Prevê-se que as despesas totais aumentem graças à subida acentuada das despesas de capital, incluindo investimento público

As despesas correntes deverão crescer a um ritmo mais moderado (6,7%) apesar do forte aumento dos salários (44,1%) e das despesas com bens e serviços (75,4%). Os salários deverão reflectir um ajuste de 25% nos salários da função pública, bem como promoções e algumas contratações limitadas, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde. Os gastos com bens e serviços serão destinados principalmente às áreas de saúde, educação e saneamento básico.

As despesas correntes deverão crescer a um ritmo mais moderado

Por outro lado, o Governo espera reduzir a despesa com transferências (-42,6%), nomeadamente subsídios (-71,9%). Isto está relacionado com a continuação da implementação da reforma dos subsídios aos combustíveis no país. As despesas com o pagamento de juros também deverão diminuir (-11,6%) face ao ano anterior.

Os gastos em transferências, incluindo subsídios, deverão registar uma descida significativa

CONTAS DO ESTADO	AKZ Mil Milhões					Variação				
	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)	2023 / 2022	2024 (2) / 2023	2024 (2) / 2024 (1)	2025 (1) / 2024 (1)	2025 (1) / 2024 (2)
Receitas	13 336	13 130	14 710	16 637	19 848	-1,5%	26,7%	13,1%	34,9%	19,3%
Receitas Correntes	13 333	13 123	14 697	16 637	19 848	-1,6%	26,8%	13,2%	35,1%	19,3%
Receitas de Impostos	12 212	12 529	13 050	15 640	17 000	2,6%	24,8%	19,8%	30,3%	8,7%
Receitas Petrolíferas	7 706	7 741	7 859	10 055	10 852	0,4%	29,9%	27,9%	38,1%	7,9%
% do Total das Receitas Impostos	63,1%	61,8%	60,2%	64,3%	63,8%	-1,3%	2,5%	4,1%	3,6%	-0,5%
Receitas Não-Petrolíferas	4 506	4 788	5 191	5 585	6 147	6,3%	16,6%	7,6%	18,4%	10,1%
Contribuições Sociais	409	549	568	666	580	34,3%	21,3%	17,4%	2,1%	-13,0%
Doações e Outras Receitas	712	44	1 079	331	2 269	-93,8%	650,6%	-69,3%	110,3%	585,4%
Receitas de Capital	3	8	13	0	0	169,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-
Despesas	12 800	14 891	14 692	17 807	21 344	16,3%	19,6%	21,2%	45,3%	19,9%
Despesas Correntes	9 326	11 843	12 084	14 243	15 198	27,0%	20,3%	17,9%	25,8%	6,7%
Remunerações	2 360	2 722	3 062	2 983	4 300	15,3%	9,6%	-2,6%	40,4%	44,1%
Bens e Serviços	2 054	1 816	2 651	2 454	4 306	-11,6%	35,1%	-7,4%	62,4%	75,4%
Juros	2 277	4 089	4 558	5 000	4 418	79,5%	22,3%	9,7%	-3,1%	-11,6%
Transferências	2 635	3 216	1 813	3 806	2 175	22,1%	18,3%	110,0%	20,0%	-42,9%
Subsídios	2 071	2 367	880	2 823	793	14,3%	19,3%	220,9%	-9,9%	-71,9%
Despesas de Capital	3 473	3 048	2 608	3 564	6 146	-12,3%	16,9%	36,6%	135,6%	72,5%
Investimento Público	3 139	2 925	2 585	3 532	6 058	-6,8%	20,8%	36,6%	134,4%	71,5%
Saldo Primário	2 813	2 328	4 576	3 830	2 922	-17,3%	64,5%	-16,3%	-36,1%	-23,7%
% do PIB	5,4%	3,8%	6,2%	4,8%	3,2%	-1,6%	1,0%	-1,4%	-3,0%	-1,6%
Saldo Orçamental	536	-1 761	17	-1 170	-1 495	-	-33,6%	-	-	27,8%
% do PIB	1,0%	-2,8%	0,0%	-1,5%	-1,7%	-3,9%	1,4%	-1,5%	-1,7%	-0,2%

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Globalmente, prevê-se que as receitas totais representem 21,9% do PIB, com as receitas fiscais a representarem 18,8% do PIB. Estes valores comparam com 20,8% e 19,5%, respectivamente, esperados em 2024. Por outro lado, espera-se que as despesas totais representem 23,6% do PIB (acima dos 22,2% no ano anterior) devido aos aumentos acentuados das despesas de capital, bem como das despesas com salários e com bens e serviços, conforme apresentado no quadro abaixo.

As receitas deverão representar 21,9% do PIB (sobretudo receitas fiscais) enquanto as despesas deverão representar 23,6% do PIB

CONTAS DO ESTADO	% do PIB									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Receitas	17,5%	22,9%	21,4%	21,4%	24,7%	25,6%	21,2%	20,0%	20,8%	21,9%
Receitas de Impostos	15,8%	21,1%	19,8%	20,0%	23,2%	23,4%	20,2%	17,7%	19,5%	18,8%
Receitas Petrolíferas	9,9%	14,5%	12,9%	10,9%	14,9%	14,8%	12,5%	10,7%	12,6%	12,0%
Receitas Não-Petrolíferas	5,9%	6,6%	6,9%	9,1%	8,3%	8,6%	7,7%	7,1%	7,0%	6,8%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	1,7%	1,8%	1,5%	1,4%	1,5%	2,2%	1,0%	2,3%	1,2%	3,1%
Despesas	23,8%	20,8%	20,8%	23,2%	20,7%	24,5%	24,0%	20,0%	22,2%	23,6%
Despesas Correntes	17,3%	16,1%	17,1%	17,9%	15,1%	17,9%	19,1%	16,4%	17,8%	16,8%
Remunerações	7,4%	6,0%	6,5%	6,3%	4,7%	4,5%	4,4%	4,2%	3,7%	4,7%
Bens e Serviços	4,1%	3,4%	2,8%	2,9%	3,7%	3,9%	2,9%	3,6%	3,1%	4,8%
Juros	3,3%	4,7%	5,9%	6,9%	5,5%	4,4%	6,6%	6,2%	6,2%	4,9%
Transferências	2,3%	1,9%	2,0%	1,8%	1,2%	5,0%	5,2%	2,5%	4,8%	2,4%
Despesas de Capital	6,5%	4,6%	3,7%	5,4%	5,6%	6,7%	4,9%	3,5%	4,5%	6,8%
Saldo Primário	-3,0%	6,8%	6,5%	5,0%	9,5%	5,4%	3,8%	6,2%	4,8%	3,2%
Saldo Orçamental	-6,3%	2,1%	0,6%	-1,9%	4,0%	1,0%	-2,8%	0,0%	-1,5%	-1,7%
Saldo Primário Não-Petrolífero	-12,9%	-7,7%	-6,5%	-5,9%	-5,3%	-9,4%	-8,7%	-4,5%	-7,8%	-8,8%
Saldo Orçamental Não-Petrolífero	-16,2%	-12,4%	-12,3%	-12,8%	-10,8%	-13,7%	-15,3%	-10,7%	-14,0%	-13,6%

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

As receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero deverão continuar a representar a maior parte das receitas, situando-se em 54,7% do total em 2025. Este valor é muito inferior aos 60,4% projectados para 2024, mas acima dos 53,4% incluídos no OGE para 2024. Isto reflecte o menor preço do petróleo assumido na proposta de orçamento para 2025 e o impacto que se espera que venha a ter nas receitas fiscais. A contribuição das receitas fiscais não petrolíferas deverá também ser inferior à de 2024 (31,0% vs. 33,6%). No entanto, as receitas não fiscais deverão ter um aumento significativo, atingindo 14,4% das receitas totais (muito acima dos 6,0% estimados para 2024).

As receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero continuarão a representar a maior parte das receitas fiscais

Entretanto, espera-se que a proporção das despesas públicas seja mais equilibrada entre salários, bens e serviços e pagamentos de juros, representando cada um deles cerca de 20% da despesa total. Isto não se verificou nos últimos anos, quando o Governo gastou um montante muito superior no pagamentos de juros da dívida do que em salários e bens e serviços. O montante gasto em transferências deverá também registar uma queda acentuada, representando 10,2% da despesa total (vs. 21,4% do total em 2024).

Os gastos em salários, bens e serviços e juros deverão representar (cada um) 20% do total da despesa

Conforme referido acima, espera-se que as despesas de capital tenham um aumento significativo em 2025, em grande parte devido aos esforços do Governo em acelerar o crescimento económico no país. Com isso, projecta-se que sua contribuição para a despesa total atinja 28,8% no período, bem acima dos 20,0% previstos para 2024.

As despesas de capital deverão registar um aumento significativo em 2025

CONTAS DO ESTADO	% do Total									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Receitas										
Receitas de Impostos (Petrolíferas)	56,7%	63,4%	60,4%	51,2%	60,2%	57,8%	59,0%	53,4%	60,4%	54,7%
Receitas de Impostos (Não-Petrolíferas)	33,7%	28,9%	32,4%	42,4%	33,7%	33,8%	36,5%	35,3%	33,6%	31,0%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	9,6%	7,7%	7,2%	6,4%	6,1%	8,4%	4,6%	11,3%	6,0%	14,4%
Total das Receitas	100,0%									
Despesas										
Despesas Correntes	72,6%	77,7%	82,3%	76,9%	73,1%	72,9%	79,5%	82,2%	80,0%	71,2%
Remunerações	31,3%	28,9%	31,4%	26,9%	22,7%	18,4%	18,3%	20,8%	16,8%	20,1%
Bens e Serviços	17,4%	16,6%	13,3%	12,6%	17,9%	16,0%	12,2%	18,0%	13,8%	20,2%
Juros	14,0%	22,8%	28,2%	29,7%	26,6%	17,8%	27,5%	31,0%	28,1%	20,7%
Transferências	9,8%	9,3%	9,4%	7,7%	5,9%	20,6%	21,6%	12,3%	21,4%	10,2%
Subsídios	1,9%	1,6%	1,2%	0,6%	0,7%	16,2%	15,9%	6,0%	15,9%	3,7%
Despesas de Capital	27,4%	22,3%	17,7%	23,1%	26,9%	27,1%	20,5%	17,8%	20,0%	28,8%
Total das Despesas	100,0%									

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Em termos de despesas por sector, o Governo espera gastar AKZ 16.926 mil milhões em 2025, excluindo as despesas com operações de dívida pública. Trata-se de um aumento acentuado de 67,0% em relação ao previsto no orçamento de 2024 e resulta de despesas significativamente mais elevadas em todos os sectores. Refira-se ainda que a amortização da dívida pública deverá registar um aumento de 21,4% e representar 51,1% do total das despesas orçamentadas, o que compara com 59,0% do total projectado no orçamento de 2024.

As despesas totais (excluindo as despesas com operações da dívida pública) deverão registar um aumento significativo em 2025

Conforme detalhado no quadro abaixo, prevê-se que as despesas com o sector social voltem a representar a maior parte das despesas totais, representando 44,1% das despesas primárias (excluindo as operações da dívida pública) e 21,6% das despesas totais. A maior parte destas despesas será afectada aos sectores da educação e da saúde.

O sector social continuará a ser, de longe, o sector com maior peso em termos de despesa

De salientar ainda o forte aumento da despesa em áreas que integram o sector económico, nomeadamente a agricultura e pescas (308,5%), combustíveis e energia (146,8%) e a indústria extractiva, indústria transformadora e construção (274,2%). O Governo afirmou que a agricultura e as pescas são uma das suas prioridades em 2025, uma vez que pretende continuar os seus esforços para melhorar a segurança alimentar da população. Os combustíveis e a energia deverão registar também um aumento significativo das despesas, graças à necessidade de concluir vários projectos estruturantes nestas áreas.

O sector económico verá também um forte aumento da despesa

DESPESAS POR SECTOR	AKZ Mil Milhões		Variação 2025 / 2024	% Total Desp. (1)		% Total Desp.		% do PIB	
	2024	2025		2024	2025	2024	2025	2024	2025
Sector Social	4 977	7 470	50,1%	49,1%	44,1%	20,1%	21,6%	6,8%	8,2%
Educação	1 574	2 241	42,4%	15,5%	13,2%	6,4%	6,5%	2,1%	2,5%
Saúde	1 359	1 936	42,4%	13,4%	11,4%	5,5%	5,6%	1,8%	2,1%
Protecção Social	868	1 376	58,5%	8,6%	8,1%	3,5%	4,0%	1,2%	1,5%
Habitação	1 058	1 678	58,6%	10,4%	9,9%	4,3%	4,8%	1,4%	1,9%
Outros	117	238	103,6%	1,2%	1,4%	0,5%	0,7%	0,2%	0,3%
Sector Económico	1 206	2 762	129,1%	11,9%	16,3%	4,9%	8,0%	1,6%	3,0%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	162	663	308,5%	1,6%	3,9%	0,7%	1,9%	0,2%	0,7%
Transportes	542	835	54,1%	5,3%	4,9%	2,2%	2,4%	0,7%	0,9%
Combustíveis e Energia	269	665	146,8%	2,7%	3,9%	1,1%	1,9%	0,4%	0,7%
Ind. Extractiva, Transformadora e Construção	76	283	274,2%	0,7%	1,7%	0,3%	0,8%	0,1%	0,3%
Assuntos Económicos, Comerciais e Laborais	117	80	-31,7%	1,2%	0,5%	0,5%	0,2%	0,2%	0,1%
Outros	39	236	502,4%	0,4%	1,4%	0,2%	0,7%	0,1%	0,3%
Defesa, Segurança e Ordem Social	1 739	2 688	54,6%	17,2%	15,9%	7,0%	7,8%	2,4%	3,0%
Defesa	805	1 328	65,0%	7,9%	7,8%	3,3%	3,8%	1,1%	1,5%
Segurança e Ordem Pública	934	1 361	45,6%	9,2%	8,0%	3,8%	3,9%	1,3%	1,5%
Serviços Públicos Gerais e Outros	2 212	4 005	81,1%	21,8%	23,7%	8,9%	11,6%	3,0%	4,4%
Serviços Gerais	836	1 063	27,0%	8,3%	6,3%	3,4%	3,1%	1,1%	1,2%
Órgãos Executivos	872	2 042	134,3%	8,6%	12,1%	3,5%	5,9%	1,2%	2,3%
Outros	504	901	78,8%	5,0%	5,3%	2,0%	2,6%	0,7%	1,0%
Total Desp. (Ex. Operações Dívida Pública)	10 134	16 926	67,0%	100,0%	100,0%	41,0%	48,9%	13,8%	18,7%
Operações de Dívida Pública	14 581	17 708	21,4%			59,0%	51,1%	19,8%	19,5%
Doméstica	5 940	6 522	9,8%			24,0%	18,8%	8,1%	7,2%
Estrangeira	8 341	10 350	24,1%			33,7%	29,9%	11,3%	11,4%
Outros Encargos e Transferências	300	836	178,4%			-	2,4%	0,4%	0,9%
Total das Despesas	24 715	34 634	40,1%			100,0%	100,0%	33,6%	38,2%

(1) Excluindo Operações Dívida Pública. Fonte: Ministério das Finanças.

O Governo espera financiar o OGE para 2025 recorrendo novamente mais das receitas correntes, principalmente de impostos (49,1% das receitas totais) do que através de dívida. Ainda assim, o montante previsto para o financiamento através de dívida deverá aumentar 27,4% face ao valor estimado para 2024 e ficar 46,3% acima da projecção incluída no orçamento de 2024.

As receitas de impostos deverão representar 49,1% do total das receitas em 2025

Por outro lado, o Governo espera reduzir o montante dos pagamentos de juros da dívida (-11,6%) e da amortização da dívida (-2,7%) face a 2024, representando estes 12,8% e 36,0% da despesa total, respectivamente. Ou seja, prevê-se que cerca de 48,8% das despesas totais sejam destinadas ao pagamento do serviço da dívida (amortização da dívida mais pagamento de juros). Este valor é significativamente inferior aos 57,8% projectados no orçamento de 2024.

A amortização da dívida (juros e capital) deverá representar cerca de 48,8% das despesas totais

FINANCIAMENTO	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB		
	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)	2025(1) / 2024(1)	2025(1) / 2024(2)	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Receitas											
Receitas Correntes	14 697	16 637	19 848	35,1%	19,3%	59,5%	54,0%	57,3%	20,0%	20,8%	21,9%
Impostos	13 050	15 640	17 000	30,3%	8,7%	52,8%	50,7%	49,1%	17,7%	19,5%	18,8%
Sector Petrolífero	7 859	10 055	10 852	38,1%	7,9%	31,8%	32,6%	31,3%	10,7%	12,6%	12,0%
Sector Não-Petrolífero	5 191	5 585	6 147	18,4%	10,1%	21,0%	18,1%	17,7%	7,1%	7,0%	6,8%
Contribuições Sociais	568	666	580	2,1%	-13,0%	2,3%	2,2%	1,7%	0,8%	0,8%	0,6%
Outros	1 079	331	2 269	110,3%	585,4%	4,4%	1,1%	6,6%	1,5%	0,4%	2,5%
Receitas de Capital	13	0	0	-	-	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Venda de Activos	2	167	148	8428,3%	-11,9%	0,0%	0,5%	0,4%	0,0%	0,2%	0,2%
Financiamento	10 004	11 491	14 638	46,3%	27,4%	40,5%	37,3%	42,3%	13,6%	14,4%	16,2%
Doméstico	3 833	7 345	7 548	96,9%	2,8%	15,5%	23,8%	21,8%	5,2%	9,2%	8,3%
Internacional	6 171	4 146	7 090	14,9%	71,0%	25,0%	13,5%	20,5%	8,4%	5,2%	7,8%
Reserva do Tesouro	0	2 525	0	-	-100,0%	0,0%	8,2%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%
Total das Receitas	24 715	30 821	34 634	40,1%	12,4%	100,0%	100,0%	100,0%	33,6%	38,5%	38,2%
Despesas											
Remunerações	3 062	2 983	4 300	40,4%	44,1%	12,4%	9,7%	12,4%	4,2%	3,7%	4,7%
Bens e Serviços	2 651	2 454	4 306	62,4%	75,4%	10,7%	8,0%	12,4%	3,6%	3,1%	4,8%
Juros	4 558	5 000	4 418	-3,1%	-11,6%	18,4%	16,2%	12,8%	6,2%	6,2%	4,9%
Internos	1 750	1 827	1 782	1,8%	-2,5%	7,1%	5,9%	5,1%	2,4%	2,3%	2,0%
Externos	2 809	3 174	2 636	-6,1%	-16,9%	11,4%	10,3%	7,6%	3,8%	4,0%	2,9%
Transferências	1 813	3 806	2 175	20,0%	-42,9%	7,3%	12,3%	6,3%	2,5%	4,8%	2,4%
Subsídios	880	2 823	793	-9,9%	-71,9%	3,6%	9,2%	2,3%	1,2%	3,5%	0,9%
Despesas de Capital	2 608	3 564	6 146	135,6%	72,5%	10,6%	11,6%	17,7%	3,5%	4,5%	6,8%
Amortização da Dívida	9 723	12 806	12 454	28,1%	-2,7%	39,3%	41,5%	36,0%	13,2%	16,0%	13,7%
Interna	4 190	8 185	4 740	13,1%	-42,1%	17,0%	26,6%	13,7%	5,7%	10,2%	5,2%
Externa	5 533	4 621	7 714	39,4%	66,9%	22,4%	15,0%	22,3%	7,5%	5,8%	8,5%
Aquisição de Activos Financeiros	300	208	836	178,4%	302,3%	1,2%	0,7%	2,4%	0,4%	0,3%	0,9%
Operações de Tesouraria	0	0	0	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total das Despesas	24 715	30 821	34 634	40,1%	12,4%	100,0%	100,0%	100,0%	33,6%	38,5%	38,2%

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Esta tabela resume as necessidades de financiamento do Governo para 2025. As necessidades brutas de financiamento deverão ascender a AKZ 14,786 mil milhões no período, representando 16,3% do PIB. Estas incluem (1) necessidades líquidas de financiamento de AKZ 2,332 mil milhões (2,6% do PIB) e (2) amortização da dívida de AKZ 12,454 mil milhões (13,7% do PIB). De notar que 84,2% das necessidades brutas de financiamento ainda se referem à amortização da dívida, o que compara com 90,3% do total esperado em 2024.

As necessidades brutas de financiamento deverão representar 16,3% do PIB

FINANCIAMENTO	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB		
	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)	2025(1) / 2024(1)	2025(1) / 2024(2)	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Necessidades Brutas Financ.											
Necessidades Líquidas de Financ.	300	1 378	2 332	676,1%	69,2%	3,0%	9,7%	15,8%	0,4%	1,7%	2,6%
Défice Fiscal	0	1 170	1 495	-	27,8%	0,0%	8,2%	10,1%	0,0%	1,5%	1,7%
Operações de Tesouraria	0	0	0	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Aquisição de Activos Financeiros	300	208	836	178,4%	302,3%	3,0%	1,5%	5,7%	0,4%	0,3%	0,9%
Amortizações de Dívida de CMLP	9 722	12 806	12 454	28,1%	-2,7%	97,0%	90,3%	84,2%	13,2%	16,0%	13,7%
Internas	4 190	8 185	4 740	13,1%	-42,1%	41,8%	57,7%	32,1%	5,7%	10,2%	5,2%
Externas	5 533	4 621	7 714	39,4%	66,9%	55,2%	32,6%	52,2%	7,5%	5,8%	8,5%
Total Nec. Brutas Financ.	10 023	14 184	14 786	47,5%	4,2%	100,0%	100,0%	100,0%	13,6%	17,7%	16,3%
Fontes de Recursos do Estado											
Venda de Activos	2	167	148	8428,3%	-11,9%	0,0%	1,2%	1,0%	0,0%	0,2%	0,2%
Financiamento no Ano	10 004	11 491	14 638	46,3%	27,4%	99,8%	81,0%	99,0%	13,6%	14,4%	16,2%
Interno	3 833	7 345	7 548	96,9%	2,8%	38,2%	51,8%	51,0%	5,2%	9,2%	8,3%
Externo	6 171	4 146	7 090	14,9%	71,0%	61,6%	29,2%	48,0%	8,4%	5,2%	7,8%
Superávit Fiscal	17	0	0	-100,0%	-	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Reserva do Tesouro	0	2 525	0	-	-100,0%	0,0%	17,8%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%
Total de Fontes de Recursos	10 023	14 184	14 786	47,5%	4,2%	100,0%	100,0%	100,0%	13,6%	17,7%	16,3%

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

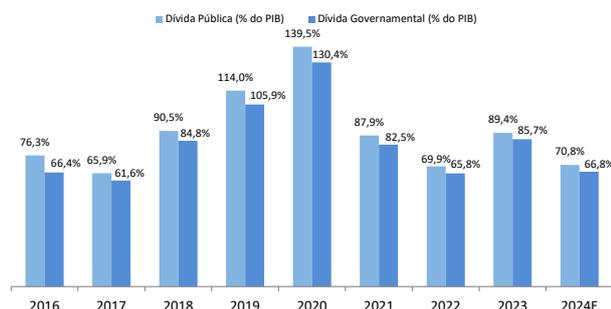
Entretanto, a dívida pública de Angola deverá retomar este ano uma trajectória descendente, depois de esta trajectória ter sido interrompida em 2023. As estimativas actuais do Governo sugerem que a dívida pública possa chegar a 70,8% do PIB em Dezembro de 2024, enquanto a dívida governamental pode ficar em 66,8% do PIB. Estes valores comparam com 89,4% e 85,7% do PIB, respectivamente, em 2023.

A dívida pública deverá retomar uma trajectória descendente em 2024

A estrutura da dívida de Angola caracteriza-se por uma elevada exposição às flutuações da taxa de juro e da taxa de câmbio, particularmente no que diz respeito à dívida externa, uma vez que representa cerca de 70% do total da dívida pública. Segundo o Governo, os principais contributos para a redução esperada do rácio da dívida pública este ano (-18,6 p.p.) deverão vir do diferencial taxa de juro-crescimento do PIB (-13,9 p.p.) e, em menor grau, do excedente do saldo primário (-4,8 p.p.) projectado para o período. A taxa de câmbio, embora tenha um impacto menor face a 2023, deverá contribuir para um aumento do rácio da dívida pública (+8,5 p.p.), enquanto os ajustes do défice-dívida contribuem para uma redução do rácio (-8,3 p.p.).

A estrutura da dívida pública de Angola está altamente exposta a flutuações da taxa de juro e da taxa de câmbio

DÍVIDA PÚBLICA E DÍVIDA GOVERNAMENTAL (% DO PIB)



Fonte: Ministério das Finanças.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA (MIL MILHÕES AKZ)

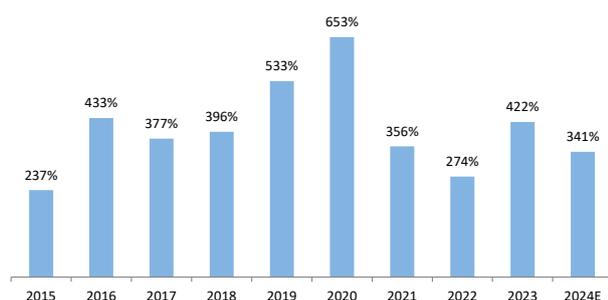


(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

De notar ainda que o impacto causado pelos níveis da dívida pública de Angola nas contas públicas deverá melhorar em 2024, depois de se ter deteriorado no ano anterior. Por exemplo, de acordo com os nossos cálculos, o rácio dívida pública/receitas deverá descer para 341%, ficando muito abaixo dos 422% registados em 2023. Recorde-se que este rácio atingiu 653% em 2020 e depois caiu para 356% em 2021 e 274% no ano seguinte. Além disso, o rácio entre pagamentos de juros e receitas deverá diminuir para 30,1% em 2024, face a 31,1% no ano anterior.

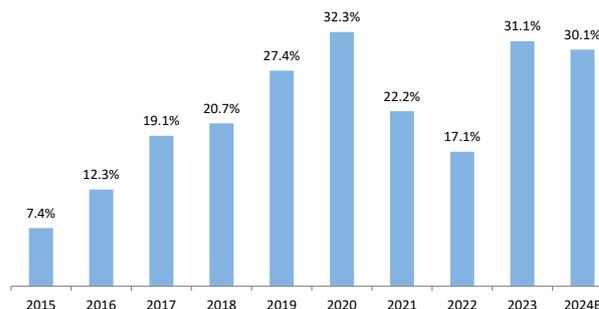
Alguns indicadores mostram uma melhoria em termos do impacto causado pelos níveis da dívida pública nas contas do Governo

DÍVIDA PÚBLICA (% DAS RECEITAS)



Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

PAGAMENTO DE JUROS (% DAS RECEITAS)



Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

Análise de Sensibilidade ao Preço do Petróleo

A previsão média dos analistas para o preço do Brent em 2025 está em torno dos US\$ 76 por barril. No entanto, a evolução dos preços do petróleo é sempre muito incerta e dependente de vários factores, nomeadamente relacionados com questões geopolíticas e/ou aquelas que podem afectar o equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado. Estes são particularmente relevantes no actual contexto global.

Actualmente, as duas principais fontes de incerteza para a evolução do preço do petróleo estão relacionadas com o rumo futuro do conflito no Médio Oriente e com a vontade dos membros da OPEP+ de aderir a cortes voluntários na produção. O risco geopolítico parece estar contido por agora, mas o conflito na região permanece e pode influenciar o preço do crude a qualquer momento. Por outro lado, a expectativa de que o cartel da OPEP+ possa aumentar a produção nos próximos meses, perante sinais de algum abrandamento da procura mundial por petróleo, pode pressionar ainda mais o preço do crude. Além disso, poderão também existir outros riscos para os preços do petróleo, nomeadamente relacionados com a elevada capacidade não utilizada e a aplicação de tarifas aduaneiras.

Devido à incerteza relacionada com a evolução do preço do petróleo, realizámos uma análise de sensibilidade para ver o impacto potencial que os diferentes cenários de preços do petróleo e as taxas de imposto implícitas para o sector petrolífero teriam nas receitas previstas pelo governo para 2025. Assumimos na nossa análise que todas as outras variáveis permaneceriam inalteradas, nomeadamente as despesas previstas no orçamento de 2025.

Recolhemos dados sobre o desempenho do sector petrolífero desde o ano de 2017 e apresentamos estes dados na Tabela 1. A nossa análise de sensibilidade considera um intervalo para o preço médio do petróleo entre US\$ 55 e US\$ 80 para 2025, o que consideramos razoável tendo em conta as previsões actuais dos analistas para o preço do petróleo e uma taxa de imposto implícita que varia entre os 32,5% e os 40,0% com base nos dados recolhidos. Também assumimos uma taxa de câmbio média US\$/AKZ de 1.030 para o ano de 2025 para reflectir um ajuste de 15% à taxa de câmbio deste ano. Os resultados dos nossos cálculos estão resumidos nas Tabelas 2 e 3 e detalhados na Tabela 4 abaixo.

A evolução do preço do petróleo está sempre dependente de questões geopolíticas e aquelas que podem afectar o equilíbrio entre a oferta e a procura

O conflito no Médio Oriente e o abrandamento da procura mundial por petróleo podem ter impacto no preço do crude

Realizámos uma análise de sensibilidade para tentar ver o impacto que os diferentes preços do petróleo e as taxas de imposto implícitas teriam nas receitas. A nossa análise de sensibilidade considera um preço médio do petróleo entre US\$ 55 e US\$ 80 por barril em 2025

TABELA 1	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (1)	2024 (2)	2025 (1)
Sector Petrolífero										
Produção anual de petróleo (milhões de barris) (A)	597,6	539,8	504,8	463,9	410,4	414,9	400,8	388,0	397,6	400,8
Produção média diária (milhões de barris)	1,64	1,48	1,38	1,27	1,12	1,14	1,10	1,06	1,09	1,10
Preço médio do petróleo (US\$ por barril) (B)	53,9	70,6	65,2	41,0	70,7	101,8	81,2	65,0	83,0	70,0
Receitas petrolíferas (US\$ milhões) = (A) x (B)	32 211	38 110	32 913	19 016	29 015	42 224	32 545	25 220	33 001	28 056
Taxa de câmbio (US\$/AKZ)	165,9	252,8	364,6	578,4	624,1	459,8	685,0	875,0	875,0	1 033,8
Receitas petrolíferas (AKZ mil milhões) (C)	5 344	9 633	12 001	10 998	18 110	19 413	22 293	22 068	28 876	29 005
Contas Públicas										
Impostos sector petrolífero (AKZ mil milhões) (D)	2 009	3 715	3 953	3 612	6 615	7 706	7 741	7 859	10 055	10 852
<i>Taxa implícita de imposto (petróleo) = (D) / (C)</i>	<i>37,6%</i>	<i>38,6%</i>	<i>32,9%</i>	<i>32,8%</i>	<i>36,5%</i>	<i>39,7%</i>	<i>34,7%</i>	<i>35,6%</i>	<i>34,8%</i>	<i>37,4%</i>

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

A título de exemplo, se o preço médio do petróleo para o ano de 2025 atingir os US\$ 80 (vs. a previsão de US\$ 70) e assumindo a mesma taxa implícita de imposto de 37,4%, as receitas totais ficariam 7,8% acima da previsão do orçamental actual, o que significaria que o governo atingiria um *superávit* equivalente a 0,1% do PIB. Por outro lado, se o preço médio do petróleo fosse em média de US\$ 55, as receitas ficariam 11,7% abaixo da previsão actual e o governo atingiria um *défice* equivalente a -4,2% do PIB. De relembrar que a proposta do OGE para 2025 prevê um *défice* equivalente a -1,7% do PIB.

Se o preço médio do crude atingir os US\$ 80 em 2025, as receitas totais ficariam 7,8% acima do previsto e o governo alcançaria um superávit orçamental de 0,1% do PIB

TABELA 2: Variação das Receitas vs. Proposta OGE 2025

		Preço Médio do Petróleo (US\$)					
		55,0	60,0	65,0	70,0	75,0	80,0
Taxa de	32,5%	-17,4%	-14,0%	-10,6%	-7,2%	-3,8%	-0,4%
Imposto	35,0%	-14,5%	-10,8%	-7,2%	-3,5%	0,1%	3,8%
Implícita	37,4%	-11,7%	-7,8%	-3,9%	0,0%	3,9%	7,8%
	38,5%	-10,5%	-6,5%	-2,4%	1,6%	5,6%	9,6%
	40,0%	-8,7%	-4,6%	-0,4%	3,8%	8,0%	12,1%

Fonte: Eaglestone Securities.

TABELA 3: Saldo Orçamental

		Preço Médio do Petróleo (US\$)					
		55,0	60,0	65,0	70,0	75,0	80,0
Taxa de	32,5%	-5,5%	-4,7%	-4,0%	-3,2%	-2,5%	-1,7%
Imposto	35,0%	-4,8%	-4,0%	-3,2%	-2,4%	-1,6%	-0,8%
Implícita	37,4%	-4,2%	-3,4%	-2,5%	-1,7%	-0,8%	0,1%
	38,5%	-3,9%	-3,1%	-2,2%	-1,3%	-0,4%	0,5%
	40,0%	-3,6%	-2,7%	-1,7%	-0,8%	0,1%	1,0%

Fonte: Eaglestone Securities.

TABELA 4 - CONTAS PÚBLICAS		SENSIBILIDADE AO PREÇO DO CRUDE (US\$/BARRIL)						
AKZ MIL MILHÕES		OGE 2025	55,0	60,0	65,0	70,0	75,0	80,0
Cenário 1 (taxa de imposto de 32,5%):								
Receitas	19 848	16 402	17 076	17 749	18 422	19 096	19 769	
% do PIB	21,9%	18,1%	18,8%	19,6%	20,3%	21,1%	21,8%	
Receitas Fiscais	17 000	13 554	14 227	14 901	15 574	16 247	16 921	
Receitas Petrolíferas	10 852	7 407	8 080	8 753	9 427	10 100	10 773	
% do Total das Receitas Fiscais	63,8%	54,6%	56,8%	58,7%	60,5%	62,2%	63,7%	
Variação das Receitas vs. Proposta OGE 2025			-17,4%	-14,0%	-10,6%	-7,2%	-3,8%	-0,4%
Cenário 2 (taxa de imposto de 35,0%):								
Receitas	19 848	16 972	17 697	18 422	19 148	19 873	20 598	
% do PIB	21,9%	18,7%	19,5%	20,3%	21,1%	21,9%	22,7%	
Receitas Fiscais	17 000	14 124	14 849	15 574	16 299	17 024	17 749	
Receitas Petrolíferas	10 852	7 976	8 701	9 427	10 152	10 877	11 602	
% do Total das Receitas Fiscais	63,8%	56,5%	58,6%	60,5%	62,3%	63,9%	65,4%	
Variação das Receitas vs. Proposta OGE 2025			-14,5%	-10,8%	-7,2%	-3,5%	0,1%	3,8%
Cenário 3 (taxa de imposto de 37,4%):								
Receitas	19 848	17 523	18 298	19 073	19 848	20 623	21 398	
% do PIB	21,9%	19,3%	20,2%	21,1%	21,9%	22,8%	23,6%	
Receitas Fiscais	17 000	14 674	15 449	16 224	17 000	17 775	18 550	
Receitas Petrolíferas	10 852	8 527	9 302	10 077	10 852	11 627	12 403	
% do Total das Receitas Fiscais	63,8%	58,1%	60,2%	62,1%	63,8%	65,4%	66,9%	
Variação das Receitas vs. Proposta OGE 2025			-11,7%	-7,8%	-3,9%	0,0%	3,9%	7,8%
Cenário 4 (taxa de imposto de 38,5%):								
Receitas	19 848	17 770	18 567	19 365	20 163	20 960	21 758	
% do PIB	21,9%	19,6%	20,5%	21,4%	22,3%	23,1%	24,0%	
Receitas Fiscais	17 000	14 921	15 719	16 517	17 314	18 112	18 909	
Receitas Petrolíferas	10 852	8 774	9 572	10 369	11 167	11 965	12 762	
% do Total das Receitas Fiscais	63,8%	58,8%	60,9%	62,8%	64,5%	66,1%	67,5%	
Variação das Receitas vs. Proposta OGE 2025			-10,5%	-6,5%	-2,4%	1,6%	5,6%	9,6%
Cenário 5 (taxa de imposto de 40,0%):								
Receitas	19 848	18 112	18 940	19 769	20 598	21 426	22 255	
% do PIB	21,9%	20,0%	20,9%	21,8%	22,7%	23,7%	24,6%	
Receitas Fiscais	17 000	15 263	16 092	16 921	17 749	18 578	19 407	
Receitas Petrolíferas	10 852	9 116	9 945	10 773	11 602	12 431	13 259	
% do Total das Receitas Fiscais	63,8%	59,7%	61,8%	63,7%	65,4%	66,9%	68,3%	
Variação das Receitas vs. Proposta OGE 2025			-8,7%	-4,6%	-0,4%	3,8%	8,0%	12,1%
Receitas Não-petrolíferas	6 147	6 147	6 147	6 147	6 147	6 147	6 147	
Outras Receitas	2 849	2 849	2 849	2 849	2 849	2 849	2 849	
Cenário 1 (taxa de imposto de 32,5%):								
Saldo Primário	2 922	1 205	1 878	2 551	3 225	3 898	4 571	
% do PIB	3,2%	1,3%	2,1%	2,8%	3,6%	4,3%	5,0%	
Saldo Orçamental	-1 495	-4 941	-4 268	-3 594	-2 921	-2 248	-1 574	
% do PIB	-1,7%	-5,5%	-4,7%	-4,0%	-3,2%	-2,5%	-1,7%	
Cenário 2 (taxa de imposto de 35,0%):								
Saldo Primário	2 922	1 775	2 500	3 225	3 950	4 675	5 400	
% do PIB	3,2%	2,0%	2,8%	3,6%	4,4%	5,2%	6,0%	
Saldo Orçamental	-1 495	-4 371	-3 646	-2 921	-2 196	-1 471	-746	
% do PIB	-1,7%	-4,8%	-4,0%	-3,2%	-2,4%	-1,6%	-0,8%	
Cenário 3 (taxa de imposto de 37,4%):								
Saldo Primário	2 922	2 325	3 100	3 875	4 651	5 426	6 201	
% do PIB	3,2%	2,6%	3,4%	4,3%	5,1%	6,0%	6,8%	
Saldo Orçamental	-1 495	-3 821	-3 046	-2 271	-1 495	-720	55	
% do PIB	-1,7%	-4,2%	-3,4%	-2,5%	-1,7%	-0,8%	0,1%	
Cenário 4 (taxa de imposto de 38,5%):								
Saldo Primário	2 922	2 572	3 370	4 167	4 965	5 763	6 560	
% do PIB	3,2%	2,8%	3,7%	4,6%	5,5%	6,4%	7,2%	
Saldo Orçamental	-1 495	-3 574	-2 776	-1 978	-1 181	-383	414	
% do PIB	-1,7%	-3,9%	-3,1%	-2,2%	-1,3%	-0,4%	0,5%	
Cenário 5 (taxa de imposto de 40,0%):								
Saldo Primário	2 922	2 914	3 743	4 571	5 400	6 229	7 058	
% do PIB	3,2%	3,2%	4,1%	5,0%	6,0%	6,9%	7,8%	
Saldo Orçamental	-1 495	-3 232	-2 403	-1 574	-746	83	912	
% do PIB	-1,7%	-3,6%	-2,7%	-1,7%	-0,8%	0,1%	1,0%	

Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

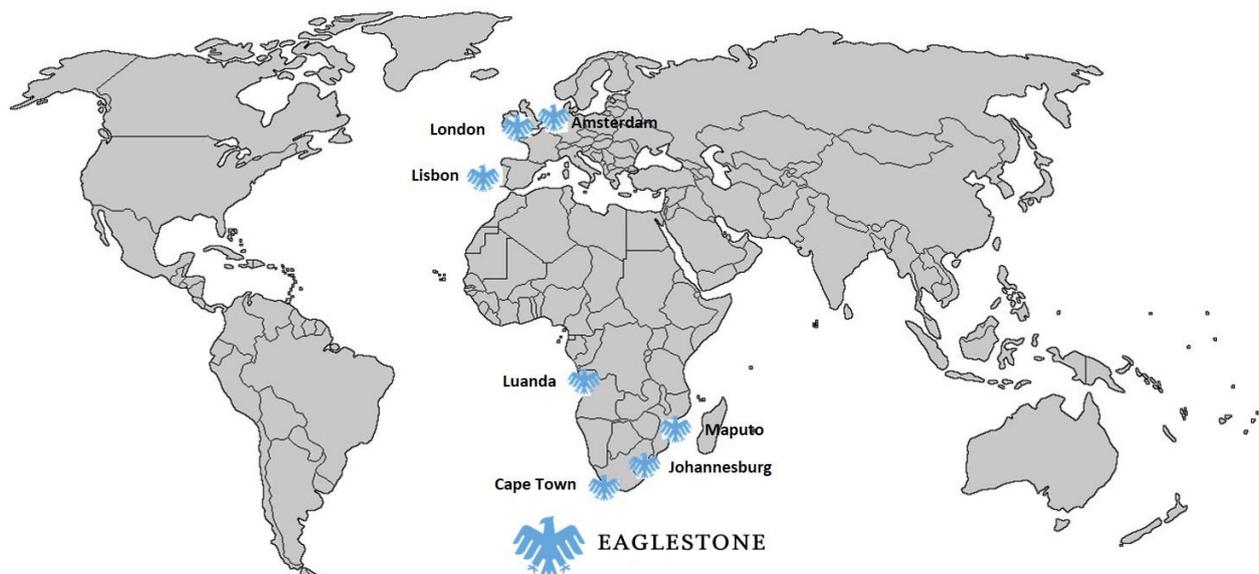
The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice.

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.



AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 2 Portman Street T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Gamal Abdel Nasser, Loanda Towers, Torre B 20º Escritório 1, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Rua Lucas Elias Kumato No. 283 - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Research

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu